

# UM ANO DA INFÂMIA

» Entrevista | **RICARDO CAPPELLI** | SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Número dois da pasta enxerga na ação de desgaste, promovida pelo ex-presidente contra o STF, os ministros da Corte, as urnas eletrônicas e o processo eleitoral, a base dos acampamentos golpistas em frente aos quartéis e a depredação em 8 de janeiro

## “Bolsonaro não gosta da democracia”

» ANA MARIA CAMPOS  
» ROBERTO FONSECA  
» NATHALLIE MILDES\*

Fotos: Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Para o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli, a ação do ex-presidente Jair Bolsonaro foi crucial na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro. Ao não reconhecer a derrota no segundo turno da corrida presidencial para Luiz Inácio Lula da Silva e se omitir em relação aos acampamentos em frente aos quartéis do Exército em todo o país, estimulou seus apoiadores a agirem contra um governo legitimamente eleito — e a depredarem as sedes dos Três Poderes. Mas, antes, lembra Cappelli na entrevista que concedeu, ontem, ao CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília —, que Bolsonaro passou quatro anos açulando uma parcela da população contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e seus ministros, além de lançar dúvidas sobre o processo eleitoral e as urnas eletrônicas. Leia, a seguir, os principais pontos da entrevista.

**Qual o sentimento nessa data em que se celebra a democracia?**

De dever cumprido. Foi um momento muito difícil, tenso e duro da história do país. Vimos atos inaceitáveis contra a democracia. Toda manifestação democrática é bem-vinda, mas uma manifestação democrática não pode se confundir com um atentado contra os Poderes e contra as instituições, com tentativa de golpe. O sentimento é que a democracia brasileira foi duramente testada, mas venceu e saiu ainda mais forte, com a união das instituições e com a posição firme do Supremo Tribunal Federal (STF) — estabelecendo uma linha clara, que não pode ser ultrapassada.

**Um ano depois, o senhor acha que poderia ter sido diferente o enfrentamento ao que ocorreu na Esplanada?**

Se pudesse voltar no tempo, faria tudo exatamente como fiz e como o presidente Lula, o ministro Alexandre de Moraes e os presidentes da Câmara e do Senado, junto com os governadores, fizeram. O que aconteceu não foi um domingo no parque. Foi gravíssimo. Invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, um atentado à democracia e aos patrimônios culturais, histórico e material do Brasil. A Operação Lesa-Pátria, da Polícia Federal (PF), segue sem data para acabar. Vamos identificar e tratar, na forma da lei, todos os que cometeram crimes contra a democracia.

**Alguns policiais militares ficaram feridos, algumas pessoas saíram machucadas, mas poderia ter sido um banho de sangue. O senhor acredita que foi um detalhe que impediu isso?**

Foi por muito pouco. Tínhamos o caso da soldada (da PMDF) Marcela (Pinno), que por pouco não teve a vida ceifada. Esses golpistas bateram com barra de ferro no capacete dela, racharam o capacete — que pesa em torno de 4kg —, arrancaram e iam matá-la, na hora que o subtenente Beroaldo (José de Freitas Júnior) impediu o pior. Eles buscavam desestabilizar a democracia e, felizmente, não conseguiram, em função da sabedoria na condução e da bravura de alguns policiais militares do Distrito Federal, que impediram o pior.

**O senhor citou a Operação Lesa-Pátria, que teve (ontem) mais uma ação. Em um dos pontos do relatório da PF, o prejuízo está estimado em R\$ 40 milhões.**

**Se pudesse voltar no tempo, faria tudo exatamente como fiz. O que aconteceu não foi um domingo no parque. Foi gravíssimo. Invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, um atentado à democracia e aos patrimônios culturais, histórico e material do Brasil”**

**Como o senhor acredita que será feito o ressarcimento aos cofres públicos? De quem será feita a cobrança e como está sendo esse processo?**

As pessoas estão respondendo a inquérito. Alguns foram julgados, todos possuem CPF, é um dano coletivo e isso vai ser cobrado e executado dessas pessoas. Porque aquele patrimônio não é um patrimônio desse governo, ou de governos. É patrimônio do Estado. Não se pode entrar em um lugar, depredar, destruir obras de arte que são do povo brasileiro e achar que não se tem responsabilidade sobre isso. Serão todos identificados e terão que ressarcir os cofres públicos.

**Ao final do seu relatório, o senhor apresentou uma manifestação favorável ao coronel Fábio Augusto, que era o comandante da PMDF à época. Porém, ele foi denunciado, está preso e será julgado em fevereiro. Hoje, também com distanciamento e olhando todos os fatos, o senhor continua achando que ele perdeu o controle da tropa ou participou de uma conspiração?**

Não fiz um relatório favorável ou desfavorável a ninguém. Quem tem acesso ao relatório da intervenção vai ver que fizemos um relatório técnico, relatando os fatos e contando aquilo que encontrei em 23 dias. Claro que, em 23 dias, não é possível fazer uma investigação profunda, e não temos também os instrumentos de investigação que a PF tem. O que

disse no relatório é que o que me pareceu no momento que assumi: coronel Fábio Augusto perdeu o controle da tropa. Mas não tinha visto nele, naquele momento, uma intenção golpista ou algo parecido. Foi o registro que fiz. Se tivesse que voltar no tempo, faria novamente — foi o que eu encontrei naqueles 23 dias. Agora, há um inquérito na PF. Houve uma denúncia do Ministério Público Federal, que deve ter encontrado indícios e provas às quais não tive acesso. Meu papel na intervenção federal era estabilizar e assumir o comando das forças de segurança, retomar a linha de comando, a autoridade e devolver, com tranquilidade, a segurança ao governo do Distrito Federal. E foi assim que fiz. Costumo dizer que recebi um avião numa turbulência grave, lotado e caindo, e o desafio era estabilizá-lo e pousá-lo em terra firme, com todos vivos. Foi isso que fiz.

**O senhor acredita que houve uma conspiração de integrantes da PMDF?**

A preparação do dia 8 de janeiro foi completamente fora do padrão pelo comando da PMDF. Importante falar “o comando” porque não podemos confundir a atitude errada de alguns com uma corporação bicentenária, com muitos serviços prestados ao país. Exemplo: não tem, no 8 de janeiro de 2023, o plano operacional da PMDF para aquele dia, que é feito pelo Departamento de Operações da PM, que era comandado pelo coronel

Jorge Naime. Funciona da seguinte forma: se faz um plano de ações integradas, define o que cada agência de segurança vai fazer e cada agência desdobra isso em um plano operacional. A PMDF não fez isso para o 8 de janeiro. Então, não se tem clareza sobre quantos homens tinha, quais batalhões foram mobilizados. As conclusões de quantos homens tinha foram pelas imagens, o que é muito precário. Outro exemplo: no dia, tinha linhas de grades de proteção fora do padrão, policiais em processo de formação, sem os equipamentos adequados. É muito fora do padrão o que aconteceu. É coincidência? Não me parece.

**E o papel das Forças Armadas?**

Nas Forças Armadas, pode ser que tivesse, aqui ou ali, uma simpatia. Mas o comando não apoiou esse movimento golpista.

**Mas por que tanta dificuldade em retirar aquelas pessoas da frente do quartel-general do Exército?**

Não há precedente, na história do Brasil, de acampamentos em frente aos quartéis-generais, claramente golpistas e que defendiam uma ruptura institucional. Foram montados no dia seguinte ao resultado do segundo turno, que deu a vitória ao presidente Lula. Jamais teriam sido montados se naquele momento não contasse com a simpatia e a permissão do então comandante das Forças Armadas, Jair Bolsonaro. Os acampamentos foram

montados no dia seguinte do segundo turno da eleição e ficaram lá até o dia 8, uma atitude inaceitável. Na primeira semana de janeiro, chegaram a reduzir a presença, mas no final da semana voltaram a crescer. E aconteceu o que aconteceu.

**Ao citar Bolsonaro, o senhor acha que ele tem vínculo com o que ocorreu na Esplanada?**

Claro. Por que um presidente da República passaria quatro anos atacando as instituições, como fez? Passou quatro anos atacando o STF, um ministro da Suprema Corte e tentando atacar a credibilidade das urnas eletrônicas. Durante quatro anos, espalhou na sociedade um clima de instabilidade institucional. Passado o resultado das eleições, ele permitiu que fossem montados acampamentos em frente aos quartéis. O dia 8 não começa no dia 8; é o ponto final de um processo de tentativa de desestabilização da democracia.

**O fato de Bolsonaro não ter feito o pronunciamento, que é de praxe quando um candidato é derrotado, mostra que ainda estava acreditando que poderia continuar no poder?**

A beleza da democracia é que todo mundo pode votar em quem quiser, pode se candidatar a qualquer cargo, fazer campanha do candidato que quiser. Agora, decretado o resultado da maioria, todos precisam respeitar a Constituição. O ex-presidente tinha pouco apreço pela democracia

e demonstrou isso ao longo de todo o mandato. Atitudes como essa são uma praxe no mundo inteiro — que o derrotado ligue para o vencedor. É isso que, inclusive, lastreia o pacto social em torno da Constituição e da convivência democrática. Quando ele não faz isso, está tentando colocar uma dúvida no resultado das eleições, portanto desestabilizar a democracia. É lamentável que ele tenha tido essa postura.

**Como foi a sua interlocução, quando virou interventor, de uma hora para outra, no dia 8 de janeiro, com o então comandante do Exército, general (Julio César de) Arruda? Ele contribuiu ou colocou barreira para retirar as pessoas em frente ao QG do Exército?**

Tive uma discussão muito dura, mas respeitosa, com o general, com o comandante militar do Planalto (Gustavo Henrique Dutra). Tinha determinação de entrar com a PM na noite do dia 8 e efetuar as prisões no acampamento. Ele ponderava que seria melhor fazer isso no dia seguinte. Criou-se um certo impasse até o ponto que disse que iria entrar, e ele disse que teria um banho de sangue. Com o impasse, ele fala que o general Arruda gostaria de conversar comigo. Nos dirigimos ao QG do Exército, onde me encontrei com o general Arruda. Tivemos também uma conversa difícil, na tensão do momento, mas também respeitosa. Assim que entrei, senti com o coronel Fábio Augusto ao meu lado e o general Arruda me perguntou: “O senhor ia entrar aqui com tropas sem a minha autorização?” Respondei que “ia lhe informar, general”. Ele virou para o coronel Fábio e disse: “Acho que eu tenho um pouco mais de tropas que o senhor, coronel”. Foi um momento muito tenso e difícil. Argumentei com ele sobre a necessidade de desmontar o acampamento imediatamente em função dos absurdos que tinham acontecido. Perguntei: “O senhor não concorda, general?” Ele respondeu: “Não, o senhor tem que entender que o país está dividido e que, para eu desmontar o acampamento, preciso que o senhor devolva os ônibus que a Polícia Rodoviária Federal apreendeu”. Respondei: “Nós não vamos devolver os ônibus e vamos botar todos na cadeia”.

**Quando ele falou das tropas, no seu entendimento ele estava ameaçando um confronto entre o Exército e a PMDF?**

A leitura que fiz é que se nós tentássemos entrar com a PM, como ia entrar para prender todos, o Exército iria reagir. Foi isso que ele deixou claro.

**Um ano depois, o senhor consegue dizer qual o personagem principal do 8 de janeiro, que atuou no enfrentamento à crise?**

O presidente Lula, sem dúvida alguma, tomou as decisões estratégicas, e o ministro Flávio Dino. O Palácio da Justiça se transformou, naquele momento, no QG do governo. Vários ministros estavam lá. Às vezes, as pessoas ficam imaginando que houve algumas conversas, mas, veja, a história é escrita no calor dos acontecimentos. A todo momento precisávamos tomar decisões e precisávamos agir para retomar o controle da situação. Foi o trabalho de muitas pessoas. Mas, sem dúvida, a atitude do presidente Lula, dos presidentes dos Poderes, no dia seguinte, que se uniram, foram decisivas.

\*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi